

Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública

Plano de Atividades 2015

Outubro, 2014



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cofre de Previdência Polícia de Segurança Pública

Índice

1. Introdução	3
2. Contexto Institucional	3
3. Missão	4
4. Análise do Ambiente Interno e Externo.....	4
4.1. Ambiente Interno	4
4.2. Ambiente Externo	5
5. Clientes.....	6
6. Serviços Fornecidos e Outros a Fornecer	7
7. Objetivos para 2015	9
8. Estratégia a Seguir.....	9
9. Principais Atividades Projetadas	11
10. Conclusão	13



POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cofre de Previdência Polícia de Segurança Pública

1. Introdução

A elaboração do Plano de Atividades do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública, abreviadamente CPPSP, tem como principal objetivo delinear as atividades a serem desenvolvidas no ano de 2015 pelo Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública. Este Plano tem um carácter relevante, uma vez que, permitirá definir propostas e iniciativas que têm como principal propósito melhorar cada vez mais os serviços prestados pelo CPPSP, colmatando as necessidades dos beneficiários.

2. Contexto Institucional

O CPPSP encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 18 836 de 24 de novembro de 1961. Caracteriza-se por ser um organismo de utilidade pública com personalidade jurídica e pelo seu funcionamento estar integrado nos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP).

Embora seja um serviço autónomo, plenamente inserido na Polícia de Segurança Pública (PSP), juridicamente os seus recursos humanos estão sujeitos ao estatuto do pessoal e demais legislação aplicável à PSP. Como tal, absorve as medidas legislativas e políticas aplicáveis à PSP como um todo, por emanção do poder legislativo e executivo, salvaguardando contudo as suas especificidades.

Por decisão conjunta da Direção do CPPSP e do Diretor Nacional da PSP, o CPPSP funciona numa ótica de serviços partilhados com os SSPSP, com o intuito de melhoria do apoio social dos subscritores e beneficiários e em observância das necessidades verificadas.

O CPPSP exerce a sua atividade em conformidade com a sua lei estatutária, a qual se encontra desatualizada face à realidade social, económica e política. Prevê-se que num curto espaço de tempo, o CPPSP seja extinto e integrado por completo nos SSPSP.



POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cofre de Previdência Polícia de Segurança Pública

3. Missão

O CPPSP visa promover a disponibilização de habitação social e alojamento temporário aos seus subscritores, bem como, a prestação por morte de um subsídio pecuniário único às pessoas hábeis para o receber.

Deverá, ainda, fomentar a construção de casas de renda económica e demais atividades benéficas para os seus subscritores, em conformidade com o estipulado no artigo 2.º do seu estatuto.

4. Análise do Ambiente Interno e Externo

4.1. Ambiente Interno

A legislação pela qual o CPPSP se rege encontra-se desatualizada face à atual realidade social, económica e política, sendo pertinente que se efetuem as alterações legislativas previstas no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), que apontam para a extinção do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública (CPPSP) e a sua completa integração nos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP), contribuindo para uma maior flexibilidade gestonária, que contribuirá para uma melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A estrutura orgânica do CPPSP está também desajustada face às necessidades atuais, pelo que, recentemente e por decisão do Presidente da Direção do CPPSP, cumulativamente, Diretor Nacional da PSP, foi determinado que o CPPSP funcionaria numa ótica de sistema de serviços partilhados com os SSPSP, nos quais está integrado, conforme referenciado.

Atualmente o CPPSP desenvolve a sua atividade, que se dirige a um universo de aproximadamente 35.372 subscritores (valor a 31 de Dezembro de 2013), com recurso a um efetivo total de 5 elementos, dos quais um elemento desempenha funções policiais - Chefe de Polícia - e 4 elementos desempenham funções não policiais – 2 Assistentes Técnicos, 1 Técnico de Informática e 1 Assistente Operacional.



POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cofre de Previdência Polícia de Segurança Pública

Este efetivo revela-se insuficiente, o que fomenta um evidente enviesamento orçamental, isto porque, funcionando o CPPSP numa lógica de serviços partilhados integrais com os SSPSP, esta escassez de recursos humanos acaba por gerar um desequilíbrio financeiro comparativamente com este último organismo, que se vê assim com um peso relativo muito maior em termos de custos com pessoal, sendo que os seus efetivos, começando pela administração executiva, desenvolvem parte significativa do seu trabalho em prol do CPPSP, sem que isso esteja refletido no respetivo orçamento.

A principal receita do CPPSP provém do arrendamento do seu imobiliário habitacional, que se perspetiva representar no final do corrente ano de 2014 um pouco mais de $\frac{3}{4}$ das receitas totais.

Em seguida, em termos de importância relativa, surge a receita proveniente das quotizações obrigatórias (representando cerca de 16% do total), estando as remanescentes receitas ligadas ao arrendamento de imóveis não habitacionais e a proveitos financeiros decorrentes de depósito na **Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.**

4.2. Ambiente Externo

Pese embora o CPPSP funcione integrado nos SSPSP, do ponto de vista jurídico, o seu pessoal sujeita-se ao estatuto do pessoal e demais legislação aplicável à Polícia de Segurança Pública.

Não obstante, o pessoal civil a desempenhar funções no CPPSP está sujeito aos deveres e goza dos direitos previstos na lei geral para os demais agentes e funcionários da Administração Pública.

No momento presente, o CPPSP ainda opera em consonância com o quadro jurídico-legal aplicável à Administração Pública e em observância das normas da Contabilidade Pública, salvaguardando-se as especificidades enquanto serviço autónomo e o facto de absorverem o impacto direto das medidas legislativas e



POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cofre de Previdência Polícia de Segurança Pública

políticas aplicáveis à PSP como um todo, por emanção do poder legislativo e executivo.

5. Clientes

Os clientes do CPPSP são os seus subscritores, estão incluídos neste grupo todo o pessoal que se encontra ainda no ativo como também o pessoal da PSP que já se encontra aposentado.

Os subscritores do CPPSP concentram-se na sua grande maioria nas cidades capitais de distrito, sendo Lisboa e Porto as cidades que apresentam uma maior incidência.

No que respeita à comunicação institucional, há que dizer que o CPPSP goza de uma fraca notoriedade junto do universo de subscritores, podendo mesmo assumir-se que reina o desconhecimento no seu seio, ao ponto de ser amiúde confundido com o Montepio da Polícia de Segurança Pública de Lisboa. Tal facto é justificável, fundamentalmente, pela fraca perceção quanto à utilidade do serviço estatutariamente mais importante – o subsídio por morte.

Por sua vez, os clientes internos do CPPSP integram um grupo homogéneo e motivado de pessoas nos quais é necessário continuar a investir em termos de formação, sobretudo no âmbito de relacionamento humano, como forma de atenuar uma vertente demasiadamente formal da instituição, que permanece como herança de uma prática decana algo hermética e centrada sobre si mesma. A atenuação da rigidez do relacionamento interpessoal dessas pessoas constitui uma das formas de melhorar o ambiente de trabalho e potenciar a capacidade laboral, aumentando o índice de produtividade geral e a imagem institucional junto dos clientes externos.



6. Serviços Fornecidos e Outros a Fornecer

Regra geral, o CPPSP tem-se pautado pela atribuição de um pequeno subsídio por morte dos subscritores, o qual, em termos modais, é de 90 euros, o que é uma importância pouco significativa.

É importante salientar o facto de o CPPSP ter a seu cargo a gestão de 549 imóveis, onde se incluem as casas de Habitação Social, as Casas de Coabitação Social e as lojas, em todo o território nacional, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Durante o último quinquénio, tanto o CPPSP, como os SSPSP, procederam a um amplo e complexo processo de atualização das rendas sociais dos seus imóveis arrendados a subscritores – o que, na generalidade dos casos, não acontecia há mais de vinte anos, o que permitiu um encaixe financeiro suficiente para arrancar paulatinamente com um programa plurianual de conservação e manutenção das partes comuns e fachadas dos prédios. Efetivamente, tendo presente o seu estado geral em termos de vetustez, este programa de reabilitação imobiliário torna-se absolutamente inadiável face às sucessivas inspeções técnicas que inequivocamente apontam para a existência de riscos graves para pessoas e bens caso essas intervenções profundas não sejam realizadas, o que poderá trazer consequências indesejáveis para ambas as partes.

Refira-se que este processo de atualização extraordinária das rendas, não só proporcionou o arrecadar de receitas adicionais de modo a conferir a autossustentabilidade da atividade, como também sanou situações de alegado uso abusivo ou inadequado dos imóveis, as quais provocavam um forte descontentamento no seio dos restantes beneficiários.

O CPPSP optou, ainda, pela aplicabilidade do conceito económico de “*utilidade do bem em causa*”, visando incentivar a desocupação voluntária de determinados imóveis de uso dispensável por parte dos respetivos inquilinos, os quais apenas mantinham os contratos de arrendamento para garantir as suas esporádicas visitas aos grandes



POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cofre de Previdência Polícia de Segurança Pública

centros urbanos, em especial no Porto, sendo que essa necessidade é perfeitamente suprida com as *casas de passantes*.

Esta opção por parte do CPPSP de enveredar por uma política mais ativa e sustentada de intervenção nos seus edifícios habitacionais, tem em conta que a medida tomada no sentido do aumento extraordinário das rendas sociais despertou naturalmente um forte descontentamento no seio dos inquilinos, até porque decorreu em tempos de especiais dificuldades para a população portuguesa em geral.

Cabe aqui dizer que, não obstante a política de contenção, na medida do possível, das despesas correntes orçamentadas para 2015, mesmo contando com o esperado aumento dos custos dos recursos energéticos e de outras matérias-primas importantes, a grande aposta para este ano passa precisamente nas despesas virtuosas de investimento na conservação e recuperação de edifícios.

A realidade é que o esforço do CPPSP na área da habitação social continua perfeitamente atual, até porque existem cada vez mais fenómenos de desestruturação familiar (e.g. divórcios e separações) que provocam forte descapitalização junto dos subscritores, pelo que seguramente é de manter, embora obedecendo a outra filosofia.

Na verdade, há que reorientar cada vez mais esse esforço para a satisfação das necessidades dos subscritores que iniciam a sua carreira policial e que normalmente são integrados nos grandes Comandos, onde existem dificuldades de acesso a habitações a preços controlados, o que passa pelo reforço da natureza temporária do sector da habitação social. Assim, é intenção do CPPSP, em conjugação com os SSPSP continuar a apostar no conceito de **Casas de Coabitação Social**, destinados prioritariamente a recém-formados na Escola Prática de Polícia.



POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cofre de Previdência Polícia de Segurança Pública


7. Objetivos para 2015


De acordo com a missão do CPPSP e dentro do quadro contingencial até agora explanado o CPPSP propõem-se prosseguir em 2015 os seguintes objetivos, que, na sua globalidade, contribuirão para o esforço nacional de contenção orçamental:


- a) **Melhorar em 1% o rácio despesas / receitas operacionais, reforçando assim exigências simultâneas de eficácia e eficiência na gestão dos CPPSP;**
- b) **Assumir a totalidade do equipamento das Casas de Coabitação Social que vierem a ser disponibilizadas**, contribuindo assim para o esforço dos SSPSP no que toca ao provimento de habitações de cariz temporário;

8. Estratégia a Seguir

Com o objetivo de concretizar os objetivos mencionados anteriormente, a estratégia a seguir para o ano de 2015 terá como base os seis pilares que se apresentam em seguida:

 Aposta nos produtos que se assumam como *amortecedores* face à especial onerosidade da condição policial em termos de risco, disponibilidade e mobilidade (e.g. habitação social temporária, medicina preventiva, compensação a beneficiários em situação socioeconomicamente gravosa e a familiares de funcionários mortos em serviço, etc.);

 Incremento do valor real e percecionado dos produtos direcionados aos beneficiários em geral, numa base de segmentação essencialmente etária;

 Recurso a soluções de *outsourcing* diversificado em áreas não estratégicas, quando tal se revele à partida mais eficaz, eficiente e flexível em termos gestionários, permitindo o alcance dos objetivos definidos;



POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cofre de Previdência Polícia de Segurança Pública

- ➔ Assunção de uma lógica de utilizador-pagador para os produtos de base universalista¹, imputando-lhes todos os custos desembolsáveis direta ou indiretamente associados;
- ➔ Minimização das transferências monetárias simplesmente para beneficiários, optando maioritariamente pela garantia de serviços com supressão da margem comercial arrecadada pelos fornecedores no mercado;
- ➔ Aumento da base tecnológica de apoio às atividades de linha e de suporte, torneando o clássico paradigma da utilização de mão-de-obra intensiva.

¹ *Produtos fornecidos a todo e qualquer tipo de beneficiário, em condições de igualdade, independentemente da respetiva situação socioeconómica, em contraponto com os produtos de base assistencialista, em que a condição socioeconómica dos beneficiários é tida em conta.*



9. Principais Atividades Projetadas

1) Reparação das empenas de um dos blocos de habitação do bairro do Cerco (Porto)

No âmbito do programa de reabilitação do seu património habitacional, o CPPSP deverá finalmente reparar as empenas viradas a norte de um dos seus blocos habitacionais no Bairro do Cerco, de forma a sanar um velho problema relacionado com as infiltrações geradas nas habitações em causa.

O custo estimado para levar a cabo esta atividade deverá orçar em 65.000 euros.

2) Equipamento das Casas de Passantes

As casas de Passantes representam um conceito de utilização de imóveis de habitação, sob a forma de aluguer, em regime de estadia de curta duração. A sua utilização decorre num período máximo de 30 dias, prorrogável até 90 (em casos excecionais), a beneficiários que necessitem de se deslocar e permanecer, num determinado local, para fins diversos (saúde, lazer, serviço) durante um tempo limitado.

O CPPSP pretende no ano de 2015, realizar obras e adaptar uma vivenda em Bonfim para casa de passantes tal como construir uma Vala Drenante para a Casa de Passantes de Évora.

O custo estimado para levar a cabo esta atividade deverá orçar em 110.000 euros.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cofre de Previdência Polícia de Segurança Pública

3) Alargamento da oferta de ginásios

O CPPSP pretende continuar a instalar nos comandos da PSP ginásios devidamente equipados, com a finalidade de combater o elevado desgaste físico da profissão policial e promover o lazer e convívio institucional entre os elementos da grande família policial.

O custo estimado para levar a cabo este projeto deverá orçar em 50.000 euros.



10. Conclusão

O CPPSP oferece um serviço ímpar, procurando a cada ano inovar e melhorar a qualidade do serviço prestado.

Procura, de forma incessante, a busca pela eficácia e eficiência no serviço que presta e nas relações que estabelece com os seus beneficiários.

Alicerçado numa missão ambiciosa, determinada e motivadora, o Plano de Atividades para o ano de 2015 propõe, de forma sintética, os objetivos e a estratégia a adotar de forma a cumprir a missão prometida.

Tendo em vista a meta de criar valor acrescentado aos serviços utilizados pelos seus subscritores, o desenvolvimento das atividades propostas é fundamental e assume-se como impulsionador de uma visível vontade de progredir cada vez mais e melhor.

Lisboa, _____ de 201_

O Presidente do CPPSP e Diretor Nacional da PSP,

Luis Manuel Peça Farinha

(Superintendente)